

*Senhor Doutor Clóvis de Barros Carvalho, Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Senhores Parlamentares; Senhor Secretário-Executivo do Gesp, Contra-Almirante Araripe Macedo; Senhores Membros do Gesp; Senhoras e Senhores,*

Mais uma vez, de maneira simples, direta e conseqüente, estamos dando curso à solução de um problema que era antiga aspiração dos setores diretamente vinculados a ele e, de modo geral, uma aspiração brasileira: equacionar, de maneira adequada, o problema da pesca. Eu não preciso me referir aos pormenores, posto que o Ministro Clóvis de Barros Carvalho já o fez, de forma precisa e brilhante.

E me recordo de que, desde o tempo da Assembléia Nacional Constituinte, quando se discutia a questão da pesca, o então Deputado Antônio Carlos Konder Reis mencionava com muita freqüência a questão. Recebi, não só dele, mas de vários setores, durante esses meses em que estou à frente do Governo, vários relatórios sobre a questão da pesca, que estava sempre a nos atazanar. E o Ministro Clóvis aqui nos disse: colocar a pesca aqui ou ali – como sendo fundamental para a solução do problema da pesca.

Hoje, a atitude é outra. Nós estamos mudando o modo de organização da administração do Estado brasileiro. Para isso, não bastam as leis que enviamos ao Congresso, nem as emendas constitucionais. É mais que isso. É preciso mudar a mentalidade. É preciso fazer com que os vários setores do Governo, do Estado, se comuniquem. Também é preciso fazer com que as decisões fluam a partir de pontos de vista que estejam sedimentados na discussão sólida, uma discussão franca, aberta, interna, no Governo. E não só interna, mas também em interação com a sociedade.

Será mais lento? Talvez, mas nada mais lento do que o impasse entre dois órgãos burocráticos – um puxa para cá e o outro puxa para lá. Esse sistema não funciona. Nenhuma grande organização burocrática, privada ou pública, pode continuar funcionando se se basear, pura e simplesmente, em impasses burocráticos ou se pensar que, através de uma decisão vertical, as coisas se resolvem, porque não se resolvem. É preciso que haja entrosamento.

Quando estava em campanha eleitoral, referi-me muitas vezes ao que fora feito no Brasil pelo ex-Presidente Juscelino Kubitschek, que criou, naquela ocasião, grupos executivos para dar viabilidade a uma série de projetos nacionais. Não faltou quem nos propusesse a criação desses grupos, que seriam um pouco à margem da máquina burocrática.

Acontece que, dos anos 50 para agora, houve muito avanço, dentro do próprio organismo do Estado, e seria uma perda de energia deixar à margem o que já existe no Estado para criar alguma coisa que se sobrepusesse a ele. Em vez disso – utilizando o vocábulo que o Ministro empregou –, preferimos buscar a sinergia, buscar que os vários órgãos do próprio Estado se articulassem, entre si e com a sociedade, para que disso derivassem as políticas que permitiriam a transformação do País.

É o que nós estamos fazendo, sem muito alarde, sem que se fique a todo instante dizendo que se está fazendo tal ou qual reforma. Na prática, nós estamos mudando o modo de gerenciar o Estado brasileiro, fazendo com que haja maior comunicação entre as suas partes. Para o benefício de quem? Do País, das clientelas diretamente interessadas.

Claro, numa questão tão complexa como a da pesca, em que temos problemas ambientais, problemas de produção, problemas de falta de recursos, problemas de regulamentação, não é simples. É complicado, é complexo, mas é preciso enfrentar, e enfrentar não com o açodamento de quem, no ponto de partida, pensa que já sabe tudo, porque ninguém sabe muita coisa no ponto de partida. Enfrentar com a certeza de que o caminho vai ser palmilhado com boa vontade, com boa-fé, com competência, juntando as forças disponíveis no País.

E, claro, sempre preocupados, como aqui – num dos decretos isso já se manifesta – com aqueles que são mais carentes, os que não têm recursos. Por isso, já estamos, de início, criando condições para que aqueles pescadores, os que se dedicam à pesca e não têm condições de financiamento, tenham um financiamento especial. Não se trata de subsídio, é outra coisa, é estímulo, é incentivo, é mecanismo para permitir que essas pessoas ingressem no mercado e possam ser mais competitivas, possam crescer. E colocando também à disposição da sociedade aquilo que é público, as águas públicas, desde que dentro da regulamentação, desde que o Ibama esteja de acordo e os órgãos da Marinha possam examinar a adequação do que se está fazendo com as necessidades de defesa da soberania nacional e da preservação dos nossos interesses; desde que haja um incentivo à ciência e tecnologia, ou da ciência e tecnologia; desde que seja possível, também, transformar tudo isso numa atividade produtiva, para que haja a possibilidade efetiva da expansão do setor.

Acho que, a partir dessas designações feitas hoje, do Almirante Araripe Macedo, a partir desse espírito de cooperação interna no Governo e do Governo com a sociedade, nós vamos poder efetivamente mudar o rumo pelo qual se orienta a política pesqueira no Brasil.

Disso é que se trata. Trata-se de mudar o rumo. Vai levar muito tempo para que este país possa realmente ter a prosperidade que nós todos queremos, mas é preciso que se finquem as estacas de modo tal que, depois, não se volte atrás, que todos percebam que o caminho é outro. Nós estamos fazendo esse esforço em vários níveis e tem dado resultados.

Queria aproveitar, embora seja um assunto diferente do daqui, para felicitar o Ministro das Relações Exteriores, porque, numa matéria ex-

tremamente delicada – o Ministro da Ciência e Tecnologia acompanhou isso de perto –, a Lei de Patentes, o Ministro, Embaixador Lampreia, conseguiu, conversando com o senhor Mickey Cantor, nos Estados Unidos, que se encerrasse a discussão antes mesmo de o Congresso brasileiro ter aprovado qualquer lei, porque mostrou que nós estamos trabalhando com seriedade, com competência, de acordo com os nossos interesses, abertamente. Não precisamos estar sendo teleguiados por ninguém para provar aquilo que nos parece que é correto para o Brasil.

E, hoje, todos já sentem que o País tem rumo. Isso surte efeitos, como nesse caso concreto a que estou me referindo aqui, que é noutra área muito diversa da área da pesca; mas o espírito é o mesmo.

Já que saí do tema da pesca, queria aproveitar para dizer, num outro setor, o setor dos direitos humanos, que a mim toca muito diretamente, que também determinei ao Ministro das Relações Exteriores que chamasse o nosso Embaixador na Nigéria. Nós não podemos estar, com o nosso silêncio, sendo coniventes com a violação dos direitos humanos de forma reiterada. E, por mais que tenhamos interesses econômicos e tenhamos relação positiva com o povo daquele país, nós temos que demonstrar, também, a nossa insatisfação diante dessa violação contínua dos direitos humanos. E lá ainda há prisioneiros que estão certamente sob risco de vida. Um país como o nosso, que hoje tem tanta crença em si mesmo, que tem um povo que está tão ciente de que é capaz de prosperar, também é um país que, em todos os níveis, tem que se afirmar com tranquilidade, mas com firmeza, com esse espírito novo.

Em função disso, como sei que os senhores aqui trabalharam na direção da realização dessas decisões que hoje acabo de tomar, ao assinar os decretos que aqui firmamos, eu queria dizer que confio muito nos senhores. Confio nos que trabalham na pesca, nos trabalhadores, nos que são empresários, nos parlamentares ligados à atividade, nos governadores das áreas onde há maior atividade pesqueira no Brasil. Tenho certeza de que os que aqui estão, do Governo, estão aqui para ajudá-los a que encontremos um rumo que há de ser o melhor para o nosso país.

Muito obrigado.